

## INTRODUÇÃO

A obra que agora se dá ao prelo, no âmbito da recém-criada coleção de e-books do ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA FCSH, integra uma seleção de comunicações à Conferência Internacional sobre Diversidade e Pluralismo nos Média, realizada a 28 e 29 de setembro na FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Por sua vez, a conferência internacional constituiu o ponto de encerramento do projeto de investigação DIVinTV – Televisão pública e diversidade cultural em Portugal: um estudo sobre a programação dos canais públicos generalistas, em matéria de pluralidade de expressão cultural, diversidade e inclusão (PTDC/IVC-COM/4968/2014), coordenado por Francisco Rui Cádima. Tratou-se de um projeto aprovado ainda no âmbito do antigo CIMJ – Centro de Investigação Media e Jornalismo, iniciado já em 2016 e concluído, portanto, no final de setembro de 2018. De referir que o CIMJ integra hoje o instituto ICNOVA, que é o centro de referência das Ciências da Comunicação da NOVA FCSH.

Alguns dos trabalhos incluídos nesta obra recolhem também informação de um outro projeto de investigação europeu a que uma parte da equipa está ligada, o MPM – Media Pluralism Monitor – Monitoring Risks for Media Pluralism in EU Member States, dirigido pelo CMPF – Centre for Media Pluralism and Media Freedom do Instituto Europeu de Florença, coordenado em Portugal também pelo atual Investigador Responsável do ICNOVA – Francisco Rui Cádima.

No âmbito da discussão e apresentação dos resultados finais do estudo DIVinTV, que aqui estão apresentados em breve síntese, nomeadamente no capítulo intitulado “Televisão pública e diversidade cultural em Portugal”, convidámos reconhecidos investigadores europeus a apresentarem comunicações à Conferência, enquadrando as temáticas da investigação em apreço através de

experiências próprias nos seus países ou por via de pesquisas comparativas integrando casos europeus distintos.

Neste contexto, tivemos o grato prazer de receber em Lisboa dois importantes professores e investigadores, Myria Georgiou, da London School of Economics and Political Science e Enrique Bustamante, da Universidade Complutense de Madrid e atualmente também “Investigador distinguido” da Universidade de Málaga. Ambos tiveram a amabilidade de nos enviarem os textos das respetivas comunicações, respetivamente, “As representações da diversidade nos média e o caso da ‘crise de refugiados’ na Europa: uma análise transeuropeia da imprensa”, neste caso Myria Georgiou tem como co-autores Lilie Chouliaraki e Rafal Zaborowski, e “Diversidad y Pluralismo en los Media. El escaparate español durante la crisis”.

Como referido, as conclusões do estudo podem ser encontradas no capítulo “Televisão pública e diversidade cultural em Portugal”, da autoria de Francisco Rui Cádima e das bolsistas do projeto – Raquel Lourenço e Joana Fernandes. Um outro texto dá também contributos relevantes para o estudo da dimensão online do serviço público de media em Portugal. Trata-se do capítulo intitulado “Uma análise do website da RTP e dos ‘novos serviços audiovisuais’ da televisão pública”, de Francisco Rui Cádima.

Uma outra vertente conclusiva da nossa investigação prende-se com a atualização do estado da arte do problema da diversidade, nos – e dos média, nomeadamente em complemento aos trabalhos anteriormente publicados na revista *Media & Jornalismo* n.º 31, vol. 17, n.º 2, número coordenado por Francisco Rui Cádima e Marisa Torres da Silva, com um dossier intitulado justamente “Media e Diversidade”. Neste caso, publicamos dois artigos que revisitam diversos aspetos da questão não tratados anteriormente. Falamos dos trabalhos de Raquel Lourenço e Joana Fernandes, este intitulado “Repensar a questão da diversidade associada à televisão pública” e de Francisco Rui Cádima, com o artigo “Revisão do problema da legitimação do PSM no contexto digital”.

O projeto DIVinTV integrou também diversos colaboradores que de alguma forma deram as suas contribuições complementares à pesquisa central desenvolvida em torno dos conteúdos da televisão pública. E neste caso, o livro agora publicado reúne os trabalhos de Sónia Lamy, com o capítulo “Caminhos para uma maior diversidade nos média – Ecos da sociedade civil organizada nas notícias”, de Luís Bonixe, com o texto “Os direitos dos animais nas notícias – as vozes e as temáticas de um debate público” e ainda da nossa doutoranda em Ciências da Comunicação, Patrícia Ascensão, que aqui apresenta a sua análise sobre “O pluralismo da informação no serviço público de televisão: análise das temáticas e atores das notícias no Telejornal da RTP”.

Outras contribuições de grande relevância no contexto da conferência final do projeto e que agora aqui também se publicam são os trabalhos de Marina Magalhães e Roberta Matias Simões, “Vozes da Web no telejornalismo da TVI”; de Miguel Midões, “Rádios Comunitárias em Portugal: mapeamento e características participativas”; Inês Branco, “Média e Integração de Imigrantes”; e Isabel Garcês – “Democracia da criação e democratização da receção: a importância da diversidade de linguagens artísticas nas Indústrias Culturais e Criativas”.

Por fim, fechamos esta obra com o relatório português do MPM2017 – Media Pluralism Monitor – Portugal, publicado no final de 2018 pelo CMPF, e de que aqui se apresenta a versão portuguesa. Trata-se de um trabalho coordenado por Francisco Rui Cádima, integrando a equipa outros membros do ICNOVA e docentes da FCSH NOVA: Carla Baptista, Marisa Torres da Silva e Luís Oliveira Martins. Este relatório é também de grande importância para o contexto do estudo DIVinTV porque veio alargar o espectro da análise por nós desenvolvida em torno do PSM português, identificando novos riscos para o pluralismo dos média no decorrer do último ano, a saber: i) um agravamento do risco para o pluralismo e para o desejável equilíbrio económico do sistema dos media em geral; ii) necessidade de uma revisão do quadro legal e regulatório sobre difamação e *whistle-blowers* por exemplo; iii) necessidade de uma atenção redobrada ao fenómeno da corrupção e à sua mediatização; iv) reforço da transparência da propriedade dos media e estabelecimento de regras claras para a propriedade cruzada, a par da necessidade de uma reflexão sobre a robustez dos media nacionais privados, seu grau de dependência de capital estrangeiro, e estabilidade e pluralidade do mercado; v) uma atenção particular à precariedade nas redações; vi) revisão da questão da TDT com o ressurgimento de novas debilidades da difusão/receção do sinal e a muito reduzida oferta de canais, e continuada diminuição da penetração nos lares (apenas 17,8% dos portugueses recebem a TDT nas suas casas); vii) e o risco na área da Inclusão Social no contexto do acesso aos media pelas minorias e pelas comunidades locais / regionais, pelas mulheres, e o alto risco apresentado pela questão da literacia mediática e digital.

Relativamente às grandes conclusões do estudo DIVinTV – Televisão pública e diversidade cultural em Portugal, muito em síntese poderemos defini-los, também por grandes linhas conclusivas nos parágrafos finais que se seguem.

De um modo geral, feita a síntese da análise global das grelhas de programação da RTP1 e RTP2, tendo presente o tempo total de emissão de conteúdos de “diversidade” (DIV) e a sua percentagem relativamente ao total da emissão, atingiram-se patamares aceitáveis relativamente aos estudos exploratórios ini-

ciais que fizemos, onde as percentagens obtidas, de um dígito apenas, eram claramente inferiores às médias finais obtidas neste estudo. Não há, por assim dizer, uma diferença relevante substantiva entre o tempo de cada um dos canais abertos – RTP1 (16,21) e RTP2 (20,6%), no que a conteúdos “DIV” diz respeito e no quadro da metodologia por nós apresentada.

A diferença qualitativa entre ambos os canais, dada a própria especificidade legal e contratual de cada um, coloca-se a dois níveis: i) num primeiro nível, a RTP2 destaca-se claramente com a sua percentagem global de conteúdos “DIV” atingindo os 53,6% da emissão quando contabilizada também a sua programação infantil e juvenil; ii) num segundo nível, a diferenciação entre ambos os canais é estabelecida a partir da análise global das grelhas de cada um, dado que a RTP2 mantém genericamente uma grelha mais homogénea e coerente procurando cumprir o que está definido no próprio contrato de concessão da RTP.

Neste ponto, a referência à RTP1 já exige uma dimensão crítica significativa, até pelos aspetos relevantes da sua programação que podem colidir com o próprio cumprimento do serviço público de televisão. Referimo-nos sobretudo às lógicas comerciais que vão predominando na estratégia da grelha e ao tradicional mimetismo face à oferta dos operadores privados, deixando perceber que a RTP continua a ser uma estação de serviço público que nem sempre consegue assumir o seu papel claro e transparente de operador público com uma qualidade e ética de antena inequívocas.

Verifica-se ainda a existência de categorias, nomeadamente a DIV2 – questões da juventude, exclusão/inclusão sociocultural, subculturas juvenis e género e discriminação – e também a DIV3, relativa às pessoas com necessidades especiais, idosos e experiências de envelhecimento, que surgem com baixos valores de representação em geral. Mais crítico é o facto da subcategoria “subculturas juvenis” não ter, praticamente em nenhuma série temporal, sinais de presença. O mesmo sucede com as questões da juventude, com muito pouca relevância dada no contexto dos programas analisados nas diferentes séries temporais. E ainda uma quase omissão, ou números quase irrelevantes, nos assuntos dedicados a pessoas com necessidades especiais e idosos. Pouco representativas pode dizer-se, também, foram algumas outras subcategorias, como, por exemplo, a diversidade cultural, étnica e linguística ou, ainda, o conteúdo intercultural e o multiculturalismo. Claramente em destaque face ao conjunto, para além de ter registado um aumento constante de tempo de emissão ao longo das diferentes séries temporais em análise, foi a categoria relativa à proteção do património e da cultura nacional/local, onde obtivemos efetivamente valores de representação significativos por comparação com as restantes categorias.

Relativamente aos pontos mais consistentes identificados no *website* da RTP, as melhores soluções implementadas e mais adequadas à “missão” de serviço público, e aquelas que do nosso ponto de vista merecem uma atenção particular no sentido da melhoria global da oferta digital da RTP, verifica-se um aprofundamento e maior coesão dos temas das acessibilidades, solidariedades, e responsabilidade social; a dimensão da herança cultural projetada no *online* através da abertura ao valioso espólio do Arquivo da RTP; e também o investimento e a densificação da área corporativa da RTP, presente a partir da *homepage* da sua plataforma digital, que nos parecem adequados ao cumprimento da missão. O facto de, não tendo seguido a recomendação da Comissão Europeia relativamente à criação de estruturas de avaliação *ex-ante* dos seus projetos digitais – como, por exemplo, *public value tests*, ou outro tipo de avaliação independente – não ter tido até à data conflitos significativos com terceiros. E ainda como ponto relevante, a abertura à inovação e à investigação, caso da Academia RTP, do projeto Os 500 Dias do Fim do Império ou da Consulta de Conteúdos Audiovisuais aos produtores independentes de audiovisual.

Relativamente ao que podemos considerar que está ainda em défice e às múltiplas questões que se espera possam evoluir no processo de contínua consolidação do *website* tenderíamos a considerar que, de uma maneira geral, e com o objetivo do cumprimento inequívoco da missão de serviço público e das atribuições e competências da concessionária, a RTP *online* deve procurar ser mais assertiva relativamente às questões essenciais, que se prendem com uma mais evidente corporização das questões de cidadania nos seus conteúdos, e de satisfazer as necessidades democráticas, sociais e culturais da sociedade. Verifica-se, por exemplo, que o Desporto, com um botão de grande destaque a par das “Notícias” – e nomeadamente o futebol – tem tido ao longo da história da RTP, e não só agora, um destaque inadequado ao cumprimento do serviço público, em prejuízo, por exemplo, desse objetivo estratégico maior que é a divulgação do conhecimento e a difusão da herança cultural portuguesa.

De igual modo se verifica uma contínua omissão na RTP *online* (tal como na televisão tradicional, muito em particular, neste caso, na RTP1, e em consequência disso) uma quase não-presença de conteúdos associados a programação cultural, ficção, séries e documentários de origem europeia, aquilo que poderíamos considerar como uma ausência da Europa na oferta de programas da RTP1 e, portanto, da RTP1 *online*. Tal facto tem contribuído, a par de outras causas, para uma contínua degradação da Ideia de Europa, tal como temos vindo a assistir desde os anos 90 do século passado. Neste caso, muito em particular, diríamos que a religitimação do PSM passa pela redefinição do audiovisual público europeu e do seu

recentramento nesse objetivo estratégico que é o projeto europeu, de aprofundamento de uma Europa com uma forte identidade construída na sua diversidade de vozes e culturas.

Na dimensão da usabilidade da plataforma da RTP, verifica-se uma certa desorganização de estrutura e de áreas, sequências ou declinações e desdobramentos sem ordem lógica, que de um modo geral não contribuem para o sucesso da experiência do utilizador. Vinte anos de experiência de desenvolvimento da *homepage* da RTP já deveriam ter permitido ao serviço público dar uma maior consistência à sua página, isto sobretudo do ponto de vista do *layout*, estrutura dos menus principais e das respetivas declinações e desdobramentos de conteúdos e áreas. A assertividade da missão de serviço público é aqui absolutamente mandatária. Dinâmicas de forte interatividade são aqui também obrigatórias, sobretudo na área da informação e do jornalismo, por exemplo entre a redação e o público leitor.

No domínio da acessibilidade, recordamos o que foi já identificado, e que nos deu como resultado que as atuais melhores práticas WCAG no plano das *webpages* das televisões generalistas portuguesas (RTP, SIC e TVI) estão a ser desenvolvidas por um operador privado (a SIC) e não pela RTP, serviço público de televisão que para tanto recebe financiamento público. E este é um aspeto também claramente negativo que importa corrigir, colocando a RTP *online* como exemplo de forte inovação e de excelentes práticas no plano da acessibilidade e da usabilidade.

No âmbito da diversidade, referência sobretudo à nossa análise dos anos 2016-2017, onde se verifica que a questão da diversidade é um tema pouco abordado pela RTP *online*, quer na RTP1 *online*, quer na RTP2 *online*, com resultados inferiores aos registados nas análises dos próprios canais de radiodifusão. Muito a fazer nesta área, portanto.

Finalmente, a questão da preservação do arquivo *web*, onde também se exige à RTP que dê o exemplo ao sistema de *media online* em geral. Embora não tenhamos aqui dados concretos, esta área merece uma investigação aprofundada que não pudemos fazer no âmbito do estudo em apreço, mas convém desde já deixar o alerta, de que se o padrão da RTP não for muito diferente do que já foi registado para os meios de comunicação social da imprensa, então temos também um problema acrescido dado estarmos perante uma empresa pública com uma missão especial a cumprir. E, volte a referir-se, que neste caso em concreto, a referência e as práticas de preservação estrita dos conteúdos não são suficientes em si mesmas, dado que o que é importante é, para além disso, garantir a preservação em arquivo de toda a estrutura das páginas *web* da RTP para que futuros estudos sobre a história da Internet em Portugal possam ser realizados.

Convirá então seguir a proposta de Enrique Bustamante no que concerne à “regeneração” e ao relançamento do Serviço Público Multimédia e Multiplataforma, independente, financiado e responsável, no novo ambiente digital. Bem como relevar as dinâmicas cívicas, no plano da participação da sociedade civil em todo este processo que diz respeito aos média públicos. Depois, a questão da regulação dos oligopólios e da concorrência, bem como a necessária regulação da Internet. Relevar ainda as literacias mediáticas e digitais, fundamentais nesta nova era no quadro de novas políticas de comunicação e cultura integradas e mais ajustadas aos direitos da cidadania. E finalmente a questão da cooperação multilateral como forma de resolver de forma concertada os complexos problemas da diversidade.

Segundo o estudo apresentado por Myria Georgiou, hoje, a responsabilidade dos média em difundir informação objetiva e justa é maior do que nunca, a diferentes níveis: i) na inclusão de vozes diversas: um ponto de partida fundamental para uma informação justa e para a liberdade de expressão tanto para os cidadãos europeus como para os refugiados é a inclusão da diversidade das vozes; ii) reportando a migração de forma contextualizada: a contextualização das razões por detrás da mobilidade de refugiados e migrantes para a Europa é fundamental para um jornalismo mais rigoroso e objetivo; iii) no reconhecimento de jornalistas refugiados e dos direitos de comunicação de refugiados: para além de iniciativas emergentes de jornalismo independente entre refugiados e migrantes, outras iniciativas colaborativas entre os média tradicionais e os média de refugiados podem crescer; iv) aproveitando os recursos digitais contra o discurso de ódio, uma vez que este representa um dos maiores desafios para as esferas públicas nacionais e transnacionais da Europa, ainda mais valiosos à luz da precarização do jornalismo e da diminuição de capacidade para sustentar a pesquisa em jornalismo; v) e, finalmente, seguindo os trabalhos de investigação académica, que podem fornecer informações importantes sobre as limitações, os desafios, mas também oportunidades para um jornalismo ético.

Esperamos, enfim, que esta seja uma obra que possa dar um contributo significativo para o debate sobre a questão da Diversidade e do Pluralismo nos média em Portugal, quer, naturalmente, dos média de serviço público, quer, também, dos privados, e quer, ainda, nos média tradicionais e no *online*.